

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2026

301 – Analista de Procuradoria

Transcreva a frase a seguir no espaço destinado na Folha de Respostas: **“O sol é para todos, mas a sombra é para poucos.”**

INSTRUÇÕES GERAIS

- 1) O candidato receberá do fiscal:
 - a) Um caderno de questões contendo as questões objetivas de múltipla escolha.
 - b) Uma folha de respostas personalizada para a Prova Objetiva.
- 2) Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no caderno de questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Caso contrário, solicite ao fiscal um outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- 3) O tempo de realização da prova, o tempo mínimo de permanência em sala, assim como o tempo mínimo necessário requerido para o candidato levar o caderno de questões, **caso seja permitido**, estão previstos no Edital de Abertura do certame.

ATENÇÃO

- Verifique se seus dados estão corretos na folha de respostas; caso não estejam, informe ao fiscal imediatamente.
- Assinale a alternativa que julgar correta para cada questão na folha de respostas, usando caneta esferográfica de tinta preta ou azul. Para cada questão, existe apenas **1 (uma) resposta certa** – mais de uma letra assinalada implicará a anulação da questão.
- Para responder cada questão, é necessário interpretá-la de forma correta e precisa, o que exige atenção e capacidade de abstração por parte do candidato, que deve estar ciente de que existe apenas **UMA** alternativa a ser assinalada.
- Qualquer rasura no preenchimento anulará a questão. Portanto, a folha de respostas **NÃO** pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- O Gabarito do Candidato deve ser destacado da capa, portanto, **marque seu tipo de prova** para posterior correção.
- O modo correto de assinalar a alternativa é cobrindo, fortemente, o espaço a ela correspondente, conforme modelo abaixo.

Exemplo:

- Conforme disposto no edital do certame, o candidato que se recusar a ser fotografado será eliminado do certame, posto que não será possível confirmar sua identidade.

GABARITO DO CANDIDATO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

MARQUE SEU TIPO DE PROVA

- PROVA A
PROVA B
PROVA C

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o excerto abaixo para responder às questões de 1 a 3.

A função administrativa é exercida preponderantemente pelo poder executivo

O Estado é composto de Poderes, segmentos estruturais em que se divide o poder geral e abstrato decorrente de sua soberania. “O art. 2º da Constituição Federal enunciou o princípio da Tripartição de Poderes nos seguintes termos: “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário” (Mazza, 2021, p. 173).

Os Poderes de Estado, como estruturas internas destinadas a execução de certas funções, foram concebidos por Montesquieu em sua clássica obra (Montesquieu, 1979), pregando que entre eles deveria haver necessário equilíbrio, de forma a ser evitada a supremacia de qualquer deles sobre outro (Carvalho Filho, 2019).

A cada um dos Poderes de Estado foi atribuída determinada função precípua. Assim, como principal tarefa, cabe ao Poder Legislativo o caráter normativo (ou legislativo); ao Executivo, a função administrativa; e, ao Judiciário, a função jurisdicional (Carvalho Filho, 2019, p. 77).

Todavia, inexistente o exclusivo no efetuar, pelos Poderes, das suas funções. Existe predomínio. Os detalhes que definem as colocações desempenhadas pelos Poderes de viés político e consideram na Constituição. Além disso, nessa direção pode se alcançar a harmonia e a independência em meio a eles: se, de uma direção, têm sua estrutura adequada, não se inferiorizando a nenhum diverso, precisam focar, também, as finalidades desenhadas na Constituição (Carvalho Filho, 2019).

Por essa razão é que os Poderes estatais, embora tenham suas funções principais (típicas), desempenham também funções que materialmente deveriam pertencer a Poder diverso (funções atípicas), sempre, é óbvio, que a Constituição o autorize (Carvalho Filho, 2019).

O Poder Judiciário, além da função jurisdicional, perpetra atos no exercício de função normativa, igualmente na preparação dos regimentos internos dos Tribunais (Carvalho Filho, 2019).

Definir a função típica do Poder Executivo já não é algo tão intuitivo como nos casos anteriores. A função típica do Poder Executivo é a função administrativa, consistente na defesa concreta do interesse público (Maza, 2019).

A função administrativa foi definida por Seabra Fagundes como aquela consistente em “aplicar a lei de ofício”. Todavia, as funções jurisdicional e administrativa detêm uma diferença fundamental: enquanto o Judiciário depende de provocação para

que possa julgar aplicando a lei ao caso concreto, o Poder Executivo “aplica de ofício a lei”, sem necessidade de provocação. Vale dizer, o Poder Executivo é dinâmico, pois sua atividade de aplicação da lei é desempenhada de ofício, como narra Maza (2019, p. 108).

Neste contexto, o elemento nuclear da função típica do Poder Executivo é o juízo de conveniência e oportunidade feito sempre que se tornar necessária a tomada de decisão a respeito do melhor caminho para defesa do interesse público. Em outras palavras, o núcleo da função típica do Poder Executivo é a análise do mérito dos atos discricionários, que é o juízo de conveniência e oportunidade quanto à sua prática (Maza, 2019, p. 110).

Para Meirelles (2002), o mérito é a margem de liberdade existente nos requisitos do Motivo e do Objeto. Entretanto, os Poderes não são somente independentes, mas também harmônicos. Por isso, além de sua função típica (garantia de independência), cada Poder exerce também, em caráter excepcional, atividades próprias de outro Poder, denominadas funções atípicas (garantia de harmonia), como afirma Maza (2019, p. 111).

As funções atípicas consistem no exercício de uma função prevista constitucionalmente para determinado Poder. Contudo, fora das suas atribuições típicas, sem que isso implique em violação ao princípio da tripartição e separação dos poderes, mas apenas a um temperamento destes (Maza, 2019).

MORILLAS, Juan Pablo Moraes. *Et al.* Funções administrativas e as tendências do direito administrativo no Brasil. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano. 07, Ed. 11, Vol. 10, pp. 05-17, novembro de 2022. Adaptado.

1. Analise o trecho abaixo, retirado do texto.

“A cada um dos Poderes de Estado foi atribuída determinada função **precípua**.”

Assinale a alternativa cuja substituição da palavra em destaque no trecho **NÃO** causou prejuízo semântico.

- (A) “A cada um dos Poderes de Estado foi atribuída determinada função complementar.”
- (B) “A cada um dos Poderes de Estado foi atribuída determinada função adicional.”
- (C) “A cada um dos Poderes de Estado foi atribuída determinada função essencial.”
- (D) “A cada um dos Poderes de Estado foi atribuída determinada função integrante.”
- (E) “A cada um dos Poderes de Estado foi atribuída determinada função supletiva.”

2. Considerando o texto e a doutrina nele citada, analise a afirmativa abaixo.

“A harmonia entre os Poderes da União é assegurada, entre outros fatores, pela porosidade funcional que permite o exercício de competências fora do núcleo precípua de cada órgão”.

A partir dessa premissa e da leitura do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A função jurisdicional diferencia-se da administrativa primordialmente pelo fato de que a primeira exige a provocação de terceiros para a aplicação da lei ao caso concreto, enquanto a segunda possui natureza dinâmica e iniciativa própria.
- (B) O princípio da Tripartição de Poderes, conforme concebido por Montesquieu, pressupõe a exclusividade absoluta de funções, sendo as funções atípicas uma distorção constitucional brasileira moderna que rompe o equilíbrio estatal.
- (C) A função típica do Poder Executivo é de caráter puramente mecânico, não cabendo ao administrador público juízo de valor sobre conveniência e oportunidade, uma vez que sua única atribuição é a aplicação estrita da lei de ofício.
- (D) A elaboração de regimentos internos pelos Tribunais é citada no texto como um exemplo de função atípica de natureza administrativa, uma vez que se destina à organização interna do Poder Judiciário.
- (E) Segundo o texto, a independência dos Poderes é garantida pelo exercício das funções atípicas, enquanto a harmonia é assegurada pela manutenção rígida das funções típicas (precípua) de cada um.

3. Assinale a alternativa cujo fragmento retirado do texto apresenta o uso correto da crase, conforme a norma-padrão da Língua Portuguesa.

- (A) “Montesquieu em sua clássica obra (Montesquieu, 1979), pregando que entre eles deveria haver necessário equilíbrio, de forma a ser evitada à supremacia de qualquer deles sobre outro (Carvalho Filho, 2019).”
- (B) “Neste contexto, o elemento nuclear da função típica do Poder Executivo é o juízo de conveniência e oportunidade feito sempre que se tornar necessária a tomada de decisão à respeito do melhor caminho para defesa do interesse público.”
- (C) “Contudo, fora das suas atribuições típicas, sem que isso implique em violação ao princípio da tripartição e separação dos poderes, mas apenas à um temperamento destes (Maza, 2019).”
- (D) “Os Poderes de Estado, como estruturas internas destinadas à execução de certas funções, foram concebidos por Montesquieu em sua clássica obra (Montesquieu, 1979) [...]”
- (E) “Por essa razão é que os Poderes estatais, embora tenham suas funções principais (típicas), desempenham também funções que materialmente deveriam pertencer à Poder diverso (funções atípicas), sempre, é óbvio, que a Constituição o autorize (Carvalho Filho, 2019).”

4. Considerando o contexto, assinale a alternativa que apresenta a correta grafia das palavras, conforme a norma-padrão da Língua Portuguesa.

- (A) “Defendeu a separação de poderes, a temporaridade dos mandatos e eleições livres pela comunidade.”
- (B) “À grande Revolução (francesa) coube o mérito de, tornando-a obrigação pública, ter separado a proteção social da esfera da comisseração particular.”
- (C) “Aconselha-se a flexibilização dos conceitos de ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa jugada, em atenção às fontes reais do direito.”
- (D) “O Estado democrático de direito deve exigir rigorosa reforma penal e penitenciária, afim de permitir a própria atuação do direito social.”
- (E) “A questão social, que gerou os direitos sociais, teve como causas principais o urbanismo e a exploração das classes trabalhadoras, exacerbadas pelas consequências da guerra de 1914-18.”

Analise o texto abaixo para responder às questões de 5 a 7.

“Há, no campo de direito privado, normas cuja observância oferece grande interesse para a coletividade, normas que, por isso, não podem ser afastadas ainda que estejam de acordo em não aplicá-las todos os indivíduos mais diretamente interessados. Assim, por exemplo, não é lícito obrigar-se num contrato de serviço por toda a vida, porque assim se anularia a liberdade individual, que o direito tutela contra a própria vontade do indivíduo, por considerações de interesse público.

Vice-versa, não seria lícito contratar matrimônio por dois anos, porque é considerado de interesse público que o matrimônio seja vínculo de natureza permanente.”

Costa, Dilvanir José da. Direito público e privado, ordem pública e direito social. **Revista de Informação Legislativa**. Ano 44, nº 175, jul./set. Brasília2007. Adaptado.

5. Com base na leitura do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A vontade individual está acima das normas impostas pelo direito privado.
- (B) O interesse público cria regras que limitam as decisões das pessoas, ainda que contra a vontade do indivíduo.
- (C) Trata-se de uma escolha inteiramente pessoal o que será assinado em um contrato, seja de trabalho ou matrimonial.
- (D) Para respeitar a liberdade das pessoas, o direito privado não deve criar regras e normas que limitam sua vontade.
- (E) O matrimônio é um acordo de duas partes, isto é, apenas dos noivos, devendo estes definir o tempo que o casamento deve durar.

6. Os verbos em destaque no texto estão conjugados, respectivamente, no
- (A) pretérito perfeito do indicativo / futuro do indicativo / presente do subjuntivo.
 - (B) imperativo afirmativo / futuro do pretérito do indicativo / imperativo afirmativo.
 - (C) pretérito perfeito do indicativo / futuro do pretérito do indicativo / pretérito perfeito do indicativo.
 - (D) presente do subjuntivo / futuro do pretérito do indicativo / presente do subjuntivo.
 - (E) imperativo afirmativo / pretérito perfeito do indicativo / presente do indicativo.

7. Considerando a norma-padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa correta.
- (A) No trecho “Há, no campo de direito privado, normas cuja observância oferece grande interesse para a coletividade [...]”, há erro de pontuação. O correto seria “Há no campo de direito privado, normas cuja observância oferece grande interesse, para a coletividade [...]”.
 - (B) No trecho “Vice-versa, não seria lícito contratar matrimônio por dois anos [...]”, há erro de ortografia. O correto seria “Vice versa, não seria lícito contratar matrimônio por dois anos [...]”.
 - (C) No trecho “[...] não podem ser afastadas ainda que estejam de acordo em não aplicá-las todos os indivíduos mais diretamente interessados”, há erro de colocação pronominal. O correto seria “[...] não podem ser afastadas ainda que estejam de acordo em não as aplicar todos os indivíduos mais diretamente interessados”.
 - (D) No trecho “[...] não é lícito obrigar-se num contrato de serviço por toda a vida, porque assim se anularia a liberdade individual [...]”, há erro ortográfico. O correto seria “[...] não é lícito obrigar-se em um contrato de serviço por toda a vida, por que assim se anularia a liberdade individual [...]”.
 - (E) No trecho “[...] não podem ser afastadas ainda que estejam de acordo em não aplicá-las todos os indivíduos mais diretamente interessados [...]”, há um erro de regência nominal. O correto seria “[...] não podem ser afastadas ainda que estejam de acordo de não aplicá-las todos os indivíduos mais diretamente interessados [...]”.

8. Na sentença “O réu não sairá daqui **sem que** antes me confesses tudo”, a conjunção em destaque exprime:
- (A) concessão.
 - (B) condição.
 - (C) comparação.
 - (D) finalidade.
 - (E) causa.

9. Assinale a alternativa correta quanto à acentuação, conforme a norma-padrão da Língua Portuguesa e o acordo ortográfico vigente.

- (A) “Os direitos fundamentais de defesa se dirigem a uma obrigação de abstenção por parte dos poderes públicos.”
- (B) “A igualdade, apesar de sua fluidez e amplitude, não deixa de ser um polo básico ao redor do qual gravita toda a ordem constitucional na sociedade contemporânea.”
- (C) “Os Direitos Fundamentais individuais trouxeram consigo a ideia de exigibilidade desses direitos em face do Estado.”
- (D) “Qualquer desrespeito aos parâmetros definidos na Constituição de 1988 autoriza o cidadão-administrado a agir em interesse próprio, mas com finalidade pública (constitucional), no intuito de retificar a situação pública irregular [...]”
- (E) “A ação judicial é apenas um canal de exigibilidade do direito subjetivo e não o seu fundamento, já que é na lei e nas políticas públicas definidas na Carta Magna de 1988 que se formam as bases para a ação da Administração-Estado.”

10. Assinale a alternativa **INCORRETA** no que se refere à pontuação, de acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa.

- (A) Os direitos subjetivos constitucionais, servem de fundamento lógico e jurídico para os outros direitos considerados de hierarquia inferior.
- (B) O conjunto de direitos individuais forma o patrimônio jurídico do indivíduo, o qual é completado por todos os demais direitos subjetivos que a pessoa adquire dentro da ordem jurídica.
- (C) A Administração Pública está sujeita aos deveres constitucionais como os demais administrados e, portanto, sujeita-se a uma interpelação judicial por via do exercício de uma prestação individual.
- (D) As normas constitucionais que criam direitos subjetivos são direta e imediatamente exigíveis tanto do Poder Público quanto do particular, por via de ações constitucionais e infraconstitucionais estabelecidas no ordenamento jurídico vigente.
- (E) Os Direitos Fundamentais Sociais, por serem normas constitucionais fundamentais e por conferirem ao indivíduo o poder de exigir, são em sua essência verdadeiros direitos públicos subjetivos.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. No contexto da segurança da informação, a tentativa de enganar indivíduos para que revelem informações confidenciais é um exemplo clássico de
- (A) *Phishing*.
 - (B) *Malware*.
 - (C) DDos.
 - (D) *Ransomware*.
 - (E) *Man-in-the-Middle* (MitM).

12. Analise as proposições abaixo sobre o Microsoft Outlook.
- I. Pessoas com dificuldades de usar o teclado ou pessoas com deficiência (PCDs) podem utilizar o sistema Microsoft Dictate para escrever seus e-mails, acionando os comandos da plataforma com o auxílio de um microfone.
 - II. O comando Shift + Enter é utilizado para criar uma nova mensagem ou um evento no calendário do Outlook.
 - III. Para facilitar a organização dos e-mails, o Outlook utiliza pastas e regras de classificação. Ao definir certos critérios, o usuário permite que, no ato do recebimento, as mensagens sejam direcionadas automaticamente para a caixa de entrada ou para pastas personalizadas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

13. Para proteger os usuários e manter sua identidade, as informações e os aplicativos seguros, o Windows conta com uma série de recursos de segurança. Assinale a alternativa que apresenta um recurso que **NÃO** faz parte da segurança nativa do Windows 11.

- (A) Windows Hello.
- (B) *Bitdefender Total Security* Antivírus.
- (C) *Backup* do Windows.
- (D) Detector de presença.
- (E) Inicialização Segura (*Secure Boot*).

14. Quando vinculado a uma pessoa natural, considera-se um dado pessoal sensível, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018:

- (A) opinião política.
- (B) data de nascimento.
- (C) nome completo.
- (D) CPF.
- (E) endereço de e-mail.

15. Ao inserir uma imagem em um documento com texto do Word 2016, Ana percebeu que o posicionamento da imagem e do texto não estava alinhado corretamente. Para resolver esse problema, Ana deve utilizar o seguinte recurso:

- (A) margens.
- (B) *layout* de impressão.
- (C) pincel de formatação.
- (D) quebra de página.
- (E) quebra de texto automática.

16. Para facilitar a automação de tarefas repetitivas no Microsoft Excel 2016, o usuário pode utilizar o recurso de gravação de macros. Analise as proposições abaixo sobre a ferramenta Macro, marcando V para as verdadeiras e F para as falsas e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () Uma macro é uma ação ou um conjunto de ações que pode ser executada por determinado número de vezes.
- () Depois de criar uma macro, é possível editá-la, fazendo pequenas alterações para ajustar seu funcionamento.
- () As ferramentas Macro e VBA (*Visual Basic for Applications*) podem ser encontradas na guia "Desenvolvedor", que fica oculta por padrão — isso significa que é preciso habilitá-la.

- (A) V / V / V
- (B) F / F / V
- (C) F / V / V
- (D) V / F / V
- (E) F / V / F

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

17. Assinale a alternativa correta diante da expressa disposição na Constituição Federal.

- (A) Compete à União emitir moeda.
- (B) Compete à União, privativamente, preservar as florestas.
- (C) Compete aos Estados, privativamente, legislar sobre direito tributário.
- (D) Não é um bem da União o mar territorial.
- (E) São bens da União os recursos minerais, excluídos os do subsolo.

18. Um município brasileiro com mais de oito milhões de habitantes terá como número máximo de Vereadores:

- (A) nove.
- (B) quinze.
- (C) trinta e nove.
- (D) cinquenta e um.
- (E) cinquenta e cinco.

19. Cada Senador da República será eleito com:

- (A) um suplente.
- (B) dois suplentes.
- (C) três suplentes.
- (D) quatro suplentes.
- (E) nenhum suplente.

<p>20. O prazo decadencial para impetração de mandado de segurança é de:</p> <p>(A) nove dias. (B) cem dias. (C) cento e vinte dias. (D) cento e cinquenta dias. (E) cento e oitenta dias.</p>	<p>25. Analise as proposições abaixo.</p> <p>I. Competência é uma característica do ato administrativo. II. Competência é um requisito de validade do ato administrativo. III. O ato administrativo depende da concordância do ente particular.</p>
<p>21. Assinale a alternativa correta nos exatos termos da Lei Federal nº 7.347/1985.</p> <p>(A) A ação civil não poderá ter por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer. (B) A Defensoria Pública não tem legitimidade para propor ação civil pública. (C) Somente o Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública. (D) Se, no exercício de suas funções, a autoridade judiciária tiver conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil pública, remeterá peças ao Ministério Público para as providências cabíveis. (E) Não poderá o juiz conceder mandado liminar.</p>	<p>Está correto o que se apresenta em:</p> <p>(A) I e III, apenas. (B) I e II, apenas. (C) III, apenas. (D) I, apenas. (E) II, apenas.</p>
<p>22. Nos termos da Lei Federal nº 4.717/1965, o prazo para oferecimento de contestação é de:</p> <p>(A) quinze dias. (B) dez dias. (C) cinco dias. (D) vinte dias. (E) trinta dias.</p>	<p>26. Nos exatos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) É dispensável a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular os preços ou normalizar o abastecimento. (B) É dispensável a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores. (C) É dispensável a licitação para contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, sem que haja necessidade de ser um profissional técnico de notória especialização. (D) É dispensável a licitação para contratação de entidades privadas com fins lucrativos para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, a fim de beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou pela falta regular de água. (E) A dispensa de licitação no ordenamento jurídico pátrio não existe.</p>
<p>23. Assinale a alternativa correta nos exatos termos da Lei Federal nº 7.347/1985.</p> <p>(A) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei. (B) A Defensoria Pública não tem legitimidade para propor a ação civil pública de responsabilidade. (C) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) tem legitimidade para propor a ação civil pública de responsabilidade. (D) A União não tem legitimidade para propor a ação civil pública de responsabilidade. (E) Somente o Ministério Público tem legitimidade para propor a ação civil pública de responsabilidade.</p>	<p>27. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de processo licitatório é considerado crime de:</p> <p>(A) frustração do caráter competitivo de licitação. (B) peculato. (C) perturbação de processo licitatório. (D) afastamento de licitação. (E) fraude.</p>
<p>24. O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado, decorridos:</p> <p>(A) cem dias. (B) trinta dias. (C) cento e vinte dias. (D) noventa dias. (E) oitenta dias.</p>	<p>28. Nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011, o prazo máximo de restrição de acesso à informação classificada como reservada é de:</p> <p>(A) um ano. (B) cinco anos. (C) dez anos. (D) vinte anos. (E) trinta anos.</p>

29. Nos exatos termos da Lei Federal nº 8.429/1992, assinale a alternativa correta.

- (A) A perda da função pública só se efetiva com o trânsito em julgado da sentença condenatória, mas a suspensão dos direitos políticos não.
- (B) A autoridade judicial competente não poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, do emprego ou da função.
- (C) A autoridade judicial competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, do emprego ou da função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida for necessária à instrução processual ou para evitar a iminente prática de novos ilícitos.
- (D) A aplicação das sanções previstas na lei depende da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.
- (E) A aplicação das sanções previstas na lei depende da aprovação ou da rejeição das contas pelo órgão de controle interno, pelo Tribunal de Contas ou pelo Conselho de Contas.

30. Analise as proposições abaixo acerca da Lei Federal nº 9.784/1999.

- I. O recurso administrativo depende de caução.
- II. O recurso administrativo tramitará no máximo por duas instâncias administrativas.
- III. O recurso administrativo tramitará no máximo por três instâncias administrativas.

Está correto o que se apresenta em:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

31. Assinale a alternativa correta com base no Código Civil.

- (A) O negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação e convalesce pelo decurso do tempo.
- (B) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, mas convalesce pelo decurso do tempo.
- (C) O negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação, mas não convalesce pelo decurso do tempo.
- (D) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação nem convalesce pelo decurso do tempo.
- (E) O negócio jurídico simulado é anulável.

32. A pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento particular prescreve em:

- (A) um ano.
- (B) dois anos.
- (C) três anos.
- (D) quatro anos.
- (E) cinco anos.

33. O vendedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo de decadência de:

- (A) três anos.
- (B) dez anos.
- (C) um ano.
- (D) cinco anos.
- (E) vinte anos.

34. Nos exatos termos do Código de Defesa do Consumidor, analise as proposições abaixo.

- I. Considera-se prática abusiva condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos.
- II. Considera-se prática abusiva recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e os costumes.
- III. Considera-se prática abusiva repassar informação depreciativa referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos.

Está correto o que se apresenta em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

35. Nos exatos termos do Código de Defesa do Consumidor, o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:

- (A) trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
- (B) trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
- (C) noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
- (D) sessenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
- (E) oitenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

36. Nos termos do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) É competente o foro de domicílio da autora para as causas em que seja autora a União.
- (B) É competente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja autor o Estado ou o Distrito Federal.
- (C) É competente o foro de domicílio do réu para as ações fundadas em direito real sobre imóveis.
- (D) É competente o foro do último domicílio do casal, caso haja filho incapaz.
- (E) É proposta no foro de domicílio do autor a ação em que o incapaz for réu.

37. Analise as assertivas abaixo.

- I. O Ministério Público será intimado para intervir como fiscal da ordem jurídica nos processos que envolvam interesse de incapaz.
- II. O Ministério Público será intimado para intervir como fiscal da ordem jurídica nos processos que envolvam interesse público ou social.
- III. O Ministério Público não será intimado para intervir como fiscal da ordem jurídica nos processos que envolvam litígios coletivos pela posse de terra urbana.

Está correto o que se apresenta em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

38. Na ação de alimentos, o valor da causa corresponde à soma de:

- (A) quatro prestações mensais pedidas pelo autor.
- (B) seis prestações mensais pedidas pelo autor.
- (C) oito prestações mensais pedidas pelo autor.
- (D) dez prestações mensais pedidas pelo autor.
- (E) doze prestações mensais pedidas pelo autor.

39. Assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Processo Civil.

- (A) Cabe agravo de instrumento contra a decisão que concede o pedido de assistência judiciária gratuita.
- (B) Cabe agravo de instrumento contra a decisão que acolhe o pedido de litisconsorte.
- (C) Cabe agravo de instrumento contra a decisão que rejeita o pedido de assistência judiciária gratuita.
- (D) Cabe agravo de instrumento contra decisão judicial para corrigir erro material.
- (E) Não cabe agravo de instrumento contra decisão judicial que rejeita alegação de convenção de arbitragem.

40. Nos exatos termos da Lei Federal nº 6.830/1980, assinale a alternativa correta.

- (A) A penhora de dinheiro tem prioridade sobre qualquer outro bem.
- (B) Não existe ordem de preferência na penhora de ativos.
- (C) O executado não poderá pagar parcela da dívida incontroversa e garantir o saldo devedor executado.
- (D) A garantia da execução, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia, não produz os mesmos efeitos da penhora.
- (E) O prazo de embargos à execução fiscal é de quinze dias.